

# Brasil viola direitos humanos

RODRIGO CRAVEIRO

DA EQUIPE DO CORREIO

Os governos estaduais e federal têm mostrado pouca vontade política e relutado em investir dinheiro para impedir violações dos direitos humanos e punir os responsáveis. A conclusão está no relatório que a Anistia Internacional (AI) entregou ontem à Organização das Nações Unidas (ONU). O texto, intitulado *Brasil: nove anos de oportunidades perdidas para os direitos humanos*, indica que o país fracassou na prevenção de casos de tortura, violência e abusos cometidos por policiais. A partir de hoje, uma delegação do governo brasileiro — liderada pelo secretário especial de Direitos Humanos da Presidência, Mario Mamede — será sabatinada na ONU, em Genebra (Suíça), sobre o cumprimento do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. O documento elaborado pela AI deve servir de embasamento para a sabatina promovida pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

O relatório sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos, criado em 1996, destaca a tortura, a precariedade do sistema penitenciário, o uso de repressão por parte da polícia, a atuação dos esquadrões da morte e os assassinatos de ativistas e indígenas como fatores preocupantes. E cita dois exemplos da incapacidade de reação do poder público: o assassinato no Pará da freira Dorothy Stang, em 12 de fevereiro; e a execução de 29 moradores da Baixada Fluminense, em abril de 2005. Segundo a AI, os governos federal e estaduais condenaram as barbáries e prometeram levar os responsáveis à Justiça. “No entanto, os casos ocorreram em áreas com histórico de crimes similares e no contexto de impunidade persistente e inação por parte das autoridades federais e estaduais”, critica o relatório.

Em entrevista ao *Correio*, por telefone, de Genebra, Tim Cahill — especialista em Brasil na AI — assegurou que há falta de vontade política de investir nos direitos humanos. “Os interesses políticos e eleitorais se sobressaem à questão dos direitos humanos”, comentou. Segundo ele, o referendo sobre a comercialização de armas transpõe a crise na segurança pública. “A vitória do ‘não’ é prova do descrédito da sociedade brasileira para com o governo.” Cahill lembra que o governo federal reconheceu a existência da tortura ao criar o Plano Nacional de Segurança Pública e o Plano Nacional de Direitos Humanos. No entanto, para o britânico, o Estado foi omissivo na implementação das recomendações.

## Recursos

Segundo ele, prova dessa inépcia é a redução dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, de R\$ 412 milhões para R\$ 170 milhões. “O governo federal tem

sempre evitado reformas mais necessárias nas áreas de segurança pública e demarcação de terras indígenas. Esses não são temas de muita vantagem eleitoral”, criticou o especialista britânico. O secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, admitiu que o governo está empenhado em cumprir recentes políticas implementadas (*leia matéria ao lado*). “Não posso aceitar críticas de que nada estamos fazendo. O processo de mudança é gradual e leva algum tempo”, explicou. “A

mudança de processo de instituições e pessoas não é algo que se faz de um dia para outro”.

Tim Cahill e o relatório da Anistia Internacional reconhecem pequenos avanços em relação à criação da Lei de Tortura, em 7 de abril de 1997. No entanto, o documento aponta várias violações na base da sociedade. “No campo, defensores do direito à terra recebem ameaças. Os indígenas sofrem com a falta de proteção por parte do governo federal. No setor de segurança pública, houve uma grande

promessa de reforma, com o Plano Nacional de Segurança Pública, mas continua existindo um policiamento de repressão às comunidades mais carentes — onde o índice de violência aumentou”, afirmou Cahill. O especialista da AI criticou o sistema penitenciário brasileiro, “um depósito de pessoas”. Segundo ele, em vez de reabilitar o detento, as prisões aumentam a criminalidade na base da tortura e da exclusão social.

O britânico também acusou o governo federal e as esferas esta-

duais de compactuarem com a falta de uma política que dê mais visibilidade aos direitos humanos. E não poupou a administração pública estadual, ao denunciar o uso de linguagem bélica e o fortalecimento de mecanismos de repressão na polícia. De acordo com o relatório, milhares de brasileiros foram assassinados pela polícia nos últimos anos. “Alguns governos têm defendido o uso de policiamento repressivo como meios de se combater os altos índices de criminalidade”, afirma o relatório.

Iano Andrade/AP/18.2.05



ATIVISTA SEGURA FOTO DA FREIRA DOROTHY STANG, MORTA NO PARÁ, EM FEVEREIRO: PARA ENTIDADE, EXECUÇÕES SÃO PRÁTICA FREQUENTE NO PAÍS